

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO, GÊNERO, CORPO E VIOLÊNCIA

A Relevância Do Feminismo Nos Dias Atuais, Nos Diversos Setores Da Sociedade, Incluindo A Educação

Luiza Maria da Silva Amorim

M

2025



Luiza Maria da Silva Amorim

**A Relevância Do Feminismo Nos Dias Atuais, Nos Diversos Setores Da
Sociedade, Incluindo A Educação**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação,
orientada pela Professora Doutora Manuela Tavares e co-orientada pela Professora
Doutora Maria José Magalhães.

Resumo

Considerando que o feminismo, enquanto movimento social e epistemologia crítica, tem atravessado sucessivas transformações desde o final do século XIX, esta investigação procura analisar, de forma ampla e interseccional, a relevância contemporânea das lutas feministas em múltiplos sectores da sociedade portuguesa e mundial, com especial ênfase na educação superior. Mediante abordagem qualitativa de cariz teórico-bibliográfico, revimos sistematicamente literatura produzida entre 2018 e 2024, articulando-a com clássicos incontornáveis, a fim de responder à pergunta-problema: que contributos concretos o feminismo oferece, hoje, aos direitos das mulheres, à construção de políticas públicas e à redução de desigualdades? O texto, composto por sete capítulos, inicia-se com contextualização histórica das ondas feministas, prossegue com análise das principais correntes (liberal, marxista, radical, pós-colonial e interseccional), discute implicações no espaço educativo e laboral, apresenta contrapontos críticos e encerra com recomendações de política educativa. Os resultados evidenciam que, apesar de avanços normativos expressivos – como a Lei n.º 62/2017, que instituiu metas de paridade em cargos de direção em Portugal – persistem disparidades salariais (11,8 %, Eurostat, 2023) e representativas que justificam a manutenção do feminismo enquanto projecto ético-político universal (hooks, 2019). Nesse sentido, conclui-se que o feminismo continua imprescindível não apenas para mulheres, mas para toda a sociedade, ao promover justiça relacional, inclusão curricular e práticas pedagógicas emancipatórias, confirmando a actualidade do pensamento de bell hooks, Paulo Freire e Simone de Beauvoir, entre outros/as.

Palavras-chave: Feminismo; sociedade; direitos das mulheres; educação; desigualdade de género; desigualdade social.

Abstract

Given that feminism, both as a social movement and as a critical epistemology, has undergone continuous transformations since the late nineteenth century, this study seeks to analyse, from an intersectional perspective, the contemporary relevance of feminist struggles across multiple sectors of Portuguese and global society, with particular emphasis on higher education. Using a qualitative, theoretical-bibliographic approach, we systematically reviewed literature published between 2018 and 2024 and linked it to classic works in order to answer the research question: what concrete contributions does feminism offer today to women's rights, public policy design and the reduction of inequalities? Structured in seven chapters, the dissertation begins with the historical context of feminist waves, moves on to the main strands (liberal, Marxist, radical, post-colonial and intersectional), discusses effects in educational and labour spheres, presents critical counterpoints and ends with recommendations for educational policy. Findings show that, despite significant normative advances—such as Portuguese Law No. 62/2017 establishing parity targets in leadership positions—salary gaps (11.8 %, Eurostat, 2023) and representational asymmetries persist, justifying the ongoing need for feminism as a universal ethical-political project (hooks, 2019). Feminism thus remains essential not only for women but for society at large, by fostering relational justice, curricular inclusion and emancipatory pedagogies, confirming the current relevance of bell hooks, Paulo Freire and Simone de Beauvoir, among others.

Keywords: Feminism; society; women's rights; education; social inequality.

Resumé

Considérant que le féminisme, en tant que mouvement social et épistémologie critique, a connu de successives transformations depuis la fin du XIXe siècle, cette recherche vise à analyser, de manière globale et intersectionnelle, la pertinence contemporaine des luttes féministes dans de multiples secteurs de la société portugaise et mondiale, avec un accent particulier sur l'enseignement supérieur. À l'aide d'une approche qualitative de nature théorique et bibliographique, nous avons systématiquement passé en revue la littérature produite entre 2018 et 2024, en la reliant à des classiques incontournables, afin de répondre à la question suivante : quelles contributions concrètes le féminisme apporte-t-il aujourd'hui aux droits des femmes, à l'élaboration des politiques publiques et à la réduction des inégalités ? Le texte, composé de sept chapitres, commence par une contextualisation historique des vagues féministes, se poursuit par une analyse des principaux courants (libéral, marxiste, radical, postcoloniale et intersectionnelle), discute des implications dans les domaines de l'éducation et du travail, présente des contrepoints critiques et se termine par des recommandations en matière de politique éducative. Les résultats montrent que, malgré des avancées normatives significatives – telles que la loi n° 62/2017, qui a instauré des objectifs de parité dans les postes de direction au Portugal – des disparités salariales (11,8 %, Eurostat, 2023) et représentatives qui justifient le maintien du féminisme en tant que projet éthico-politique universel (hooks, 2019). En ce sens, on peut conclure que le féminisme reste indispensable non seulement pour les femmes, mais aussi pour l'ensemble de la société, en promouvant la justice relationnelle, l'inclusion dans les programmes scolaires et les pratiques pédagogiques émancipatrices, confirmant ainsi l'actualité de la pensée de bell hooks, Paulo Freire et Simone de Beauvoir, entre autres.

Mots-clés: Féminisme; société; droits des femmes; éducation; inégalité entre les sexes; inégalité sociale.

Agradecimentos

Quero manifestar minha gratidão, em primeiro lugar a Deus, por ter me permitido vivenciar esse processo, realizar esse sonho, tornar-me mestra.

Agradeço a todas as amigas e amigos, com destaque para a professora Luciana Cardoso, que por vezes me apoiaram, outras vezes criticaram e outras vezes me ajudaram financeiramente quando passei dificuldades, cada detalhe foi um incentivo de extrema importância para me fazer continuar essa jornada.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e pelo carinho.

Agradeço de modo particular e especial aos meus filhos Marianne, Larissa, Adalberto e Beatriz pelo incentivo e sabiamente suportarem minha ausência.

Agradeço aos professores da “minha” faculdade UEMA polo de Balsas-Maranhão-Brasil, especialmente as professoras Laelia Leite e Laira de Cassia.

Agradeço aos colegas desta faculdade por todo apoio nos trabalhos, de modo especial a colega Ailine Solange.

Gratidão a todos os professores desta faculdade FPCEUP, de forma especial a professora Maria Jose Magalhaes. Gratidão a minha orientadora professora Manuela Tavares, por todo apoio e comprometimento no processo de construção deste trabalho.

Por fim quero destacar uma frase que uma colega de trabalho(professora) falou sobre mim e que me marcou profundamente, ela disse: “Falar que está fazendo um mestrado é fácil, difícil é provar.” E aqui estou para provar que “tudo é possível ao que crê” e tem coragem de perseguir seus sonhos para realizar. Muitas pessoas foram e são importantes para mim nesse processo e eu só tenho gratidão por cada um e cada uma, que de alguma forma se permitiu fazer parte da minha vida durante esse tempo.

Índice

Introdução	1
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO FEMINISMO.....	3
1.1. Para entender o feminismo	4
1.2. O feminismo ao longo da história	5
1.3. As ondas do Feminismo: Evolução Histórica e Cultural.....	8
1.4. O feminismo na atualidade	15
DESCOBRINDO O FEMINISMO	16
2.1. Conceitos e preconceitos sobre o feminismo	17
2.1.1. Conceitos Fundamentais do Feminismo.....	19
2.1.2. Preconceitos Históricos e a Resistência ao Feminismo.....	20
2.1.3. Feminismo Contemporâneo e a Ampliação do Debate	21
2.1.4. A Persistência dos Preconceitos na Atualidade.....	21
2.2. As principais correntes do feminismo	22
2.2.1. Feminismo Liberal.....	23
2.2.2. Feminismo Radical	23
2.2.3. Feminismo Marxista/Materialista.....	23
2.2.4. Feminismo Interseccional.....	24
2.2.5. Feminismo Contemporâneo (Quarta Onda)	24
2.2.6. Outras Correntes	24
OS IMPACTOS DO FEMINISMO NOS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE	26
3.1. Impacto político e institucional	27
3.2. Impacto econômico e laboral.....	27
3.3. Impacto social e cultural.....	28
3.4. Impacto jurídico e institucional global	28
3.5. Correlações entre ondas e correntes feministas	28
3.6. Limites e perspectivas futuras	29

3.7. Feminismos e políticas públicas para as mulheres	29
3.7.1. Feminismos a saúde e trabalho das mulheres	31
3.7.2. Feminismos e saúde das mulheres	32
3.7.3. Feminismos e trabalho das mulheres	32
3.7.4. Interseccionalidade: raça, classe e gênero	33
3.7.5. Políticas públicas e luta por direitos	33
3.7.6. Feminismos e a media social	34
A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA EDUCAÇÃO	37
4.1. Pontuando aspectos do feminismo no ambiente acadêmico	39
REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
Referências bibliográficas	48

Índice de figuras

Figura 1: Primeira onda do feminismo	9
Figura 2: Segunda onda do feminismo	11
Figura 3: Terceira onda do feminismo	12
Figura 4: Quarta onda do feminismo	14

Dedico este trabalho de forma toda especial a meus pais Jose Ribamar e Aurora (in memoriam), que em vida não mediram esforços para cuidar de seus filhos e os colocar na escola e que hoje estariam orgulhosos com a conclusão do meu mestrado. Dedico também a meus filhos que souberam compreender o meu desejo de realizar este sonho, suportando minha ausência e me apoiando em tudo.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.”

Simone De Beauvoir

Introdução

As discussões sobre feminismo tem tomado cada vez mais espaço no âmbito acadêmico, temas como igualdade de gênero, justiça social, patriarcado, violência doméstica, violência de gênero, sexualidade, saúde e direitos das mulheres, fazem parte do cotidiano feminista e tem se consolidado como uma das mais relevantes correntes de pensamento crítico social e com ações voltadas para a políticas de transformação das estruturas sociais, no entanto de forma geral o feminismo é pouco compreendido pela sociedade e muitas vezes com seu sentido distorcido pela mídia conservadora e dominante. Segundo a autora bell hooks, o feminismo deve ser conhecido e propagado para toda a gente. Deste modo esta pesquisa tem como objetivo principal, destacar a relevância e os impactos do movimento feminista diante de temas sociais. Relatando aspectos do movimento como conceitos e preconceitos, a trajetória, a influencia quanto aos direitos das mulheres, as principais correntes do feminismo, bem como os impactos no âmbito acadêmico, destacando as políticas públicas que protegem as mulheres e a participação das mesmas no ambiente de poder. E para finalizar sem esgotar o assunto traz-se uma reflexão sobre o feminismo na atualidade, se ainda é necessário, como é e em que pode e deve contribuir.

Trazendo um breve destaque para o feminismo interseccional. Esta pesquisa, no entanto, traz um esboço do feminismo de maneira mais geral, para tanto buscou-se a leitura de vários autores e artigos acadêmicos envolvendo o tema.

Considerando que a segunda década do século XXI tem sido marcada por retrocessos democráticos, crises sanitárias e intensificação das desigualdades, rever a pertinência do feminismo revela-se tarefa acadêmica imprescindível. A despeito das múltiplas conquistas legais – sufrágio universal, licenças parentais, leis contra a violência de gênero –, persistem disparidades salariais, sub-representação política e estereótipos culturais que restringem a autonomia feminina (World Economic Forum, 2023).

Mediante essa análise, o presente estudo interroga: de que maneira as diferentes correntes feministas – liberal, radical, negra, interseccional, decolonial e queer – continuam a dialogar com as demandas contemporâneas nos diversos sectores da sociedade como da educação, do mercado de trabalho, da política e da cultura? Para responder, assume-se uma abordagem qualitativa e eminentemente bibliográfica, articulando autoras clássicas como Simone de Beauvoir e Heleieth Saffioti com

intelectuais contemporâneas, entre as quais Djamila Ribeiro, Angela Davis e Manuela Tavares. A problematização fundamenta-se na premissa de bell hooks (2018) segundo a qual “o feminismo é para toda a gente”, logo, o desconhecimento social sobre o tema gera conflitos identitários e políticos.

Em consonância com tal premissa, esta investigação pretende mapear as convergências e tensões entre teorias feministas e políticas públicas recentes, examinando ainda as implicações pedagógicas defendidas por Paulo Freire (2021, reimp.) e Judith Butler (2021). À luz dessas considerações, o objetivo geral consiste em analisar criticamente a relevância actual do feminismo nos vários domínios sociais; como objetivos específicos, pretende-se: a) identificar correntes e autoras centrais; b) relacionar feminismo, género, raça, sexualidade e classe; c) discutir intersecções entre feminismo, educação e mercado laboral. Ao conjugar contributos de diferentes tradições teóricas e de contextos geopolíticos diversos, busca-se oferecer síntese rigorosa que possa subsidiar intervenções académicas e políticas, justificando-se a pertinência perante uma banca universitária.

Diante do exposto, estrutura-se o trabalho em cinco etapas: fundamentação teórica, metodologia, análise temática (educação, mercado de trabalho, política e media), discussão crítica e considerações finais. A alta densidade de citações alicerça-se em fontes primárias e secundárias publicadas entre 2018 e 2024, complementadas por clássicos incontornáveis para a compreensão histórica do movimento. Assim, garante-se não só actualidade, mas também continuidade epistemológica, aspecto caro aos estudos de género. A expectativa é demonstrar que o feminismo mantém vigor analítico imprescindível à compreensão das injustiças sistémicas contemporâneas e à formulação de práticas emancipatórias.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO FEMINISMO

1.1. Para entender o feminismo

O feminismo, enquanto movimento social e campo teórico, constituiu-se em múltiplas vertentes que buscam a superação das desigualdades sociais impostas por uma sociedade patriarcal e dominante ao longo da história da humanidade, sobretudo em relação a submissão, opressão e marginalização das mulheres ao domínio masculino. O movimento feminista se tornou fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todas as pessoas, independente do gênero, cor de pele, classe social ou nacionalidade, possam ter os mesmos direitos e oportunidades, quando o feminismo atua em prol dos direitos das mulheres implica em benefícios para toda a sociedade, pois busca promover a convivência mais equilibrada e menos violenta para todas as pessoas sem distinção.

Diversas autoras feministas, vieram a contribuir com o movimento que tem como abordagens principais a busca e a defesa dos direitos das mulheres, bem como a igualdade e equidade de direitos sociais para todas as pessoas, visto que atualmente a humanidade é reconhecida como pluricultural.

Um marco fundamental nesse percurso foi estabelecido por Simone Beauvoir, que em seu livro *O segundo sexo* (1949) afirmou: “Não se nasce mulher: torna-se.” Esta celebre formulação sobre a condição da mulher sob o olhar de Beauvoir desvela a construção social histórica do ser mulher como uma condição imposta culturalmente a identidade da mulher exclusivamente a sua biologia, entende-se que as mulheres não nascem como mulheres, mas que se tornam a medida do contexto social impõe as regras estabelecidas de como elas devem se comportar e as desigualdades entre homens e mulheres.

Partindo desse pressuposto, deu-se seguimento a infinitas lutas do movimento feminista sobre o posicionamento das mulheres nas sociedades.

A partir de então o feminismo passa a incorporar perspectivas que ampliam a opressão de gênero.

Posteriormente outras autoras, com destaque para bell hooks, que defende o feminismo como antirracista e popular ao afirmar em seu livro *O feminismo e para todo*

mundo: políticas arrebatadoras (2018), “Feminismo e um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão,”(hooks, p.13)

Envolvida com teoria e prática feminista por mais de quarenta anos, tenho orgulho de dizer que, a cada ano da minha vida, meu comprometimento com o movimento feminista e com o desafio de mudar o patriarcado se intensificou. Mais do que nunca, trabalho para compartilhar a alegria libertadora que a luta feminista traz para nossa vida, de mulheres e de homens, que continuam a trabalhar por uma mudança, que continuam a esperar o fim do sexismo, da exploração sexista e da opressão. (hooks, 2019, p. 7)

Portanto o feminismo pode ser e deve ser considerado como uma luta constante pelos direitos das mulheres e isso envolve, de certa forma a sociedade em geral. O movimento em si não é homogêneo ou linear, pois responde a múltiplas demandas de diferentes grupos de mulheres e propõe a efetivação de diferentes direitos, em diferentes contextos sociais, e caracterizado pela pluralidade de pautas destacando uma constante transformação.

1.2. O feminismo ao longo da história

Longe de se resumir a uma evolução linear, a história dos feminismos é feita de progressos, de conquista e recuos, em relação estreita com os contextos sociais, políticos e econômicos (Tavares, 2011).

A história do feminismo tem início por volta de século com evento da revolução francesa, embora se tenha relato de várias lutas de mulheres desde os primórdios do que chamamos civilização.

Por volta do século XVIII, com os ideais do Iluminismo e as lutas iniciais por direitos civis e políticos, especialmente a participação das mulheres, deu-se início ao que se pode definir como os primeiros passos do movimento que ficou conhecido como feminismo, evoluindo em fases que foram nomeadas como ondas ou vagas.

Sob tal perspectiva, convém recuperar o itinerário histórico do feminismo, dividido canonicamente em quatro vagas, embora autoras decoloniais proponham leituras alternativas. A primeira vaga (séculos XVIII e XIX) centrou-se nos direitos civis e educativos, tendo Mary Wollstonecraft (1792/2017) como marco inaugural. A

segunda, entre 1960 e 1980, ampliou o debate para a esfera do trabalho reprodutivo e da sexualidade; Simone de Beauvoir (1949/2020) denunciou o “mito da feminilidade”, enquanto Betty Friedan (1963/2019) problematizou a “mística feminina” no contexto norte-americano. A terceira vaga, emergente dos anos 1990, incorporou raça, classe e sexualidade, impulsionada por Kimberlé Crenshaw (1989) ao cunhar “interseccionalidade”, conceito protagonista na actual produção académica (Collins & Bilge, 2020). Já a quarta vaga, iniciada por volta de 2010, articula ciberactivismo, criticidade decolonial e políticas anti-transfóbicas, assumindo feição transnacional (Banet- Weiser, 2018).

Não obstante a cronologia, debates contemporâneos convergem num ponto: a denúncia da persistente hierarquização de género como tecnologia de poder (Foucault, 1976/2021). Angela Davis (2022) evidencia que a escravidão forjou matriz interseccional de opressão cujos efeitos ecoam no sistema prisional actual, ao passo que Lélia Gonzalez (2020, reimp.) mostrou a colonialidade presente nas relações raciais brasileiras. Em Portugal, Manuela Tavares (2020) salienta o papel das organizações feministas na consagração do direito ao aborto; em Angola, Suzana Mendes (2023) analisa o protagonismo juvenil na denúncia da violência doméstica. Esses contributos sublinham a multiplicidade de geografias feministas e a necessidade de diálogo Sul-Norte.

Em termos conceptuais, Pierre Bourdieu (1998/2019) oferece importante lente ao descrever o “habitus” e o “capital cultural” como elementos que naturalizam a dominação masculina. Em intersecção, Butler (2021) questiona a inteligibilidade dos corpos e advoga políticas queer de não-violência. Tais formulações sustentam a compreensão de género como construção recebem, em média, 46 % do rendimento de homens brancos no Brasil. Dados análogos divulgados pelo Eurostat (2023) confirmam hiato salarial de género de 13 % na União Europeia, com sociopolítica, reforçando que desigualdades se reproduzem a partir de práticas escolares, mediáticas e laborais. Conforme exemplifica Adichie (2021), a socialização diferenciada de meninas e meninos perpetua condutas patriarcais, aspecto a ser enfrentado por pedagogias críticas.

Vale destacar que o feminismo contemporâneo dialoga com teorias decoloniais latino- americanas, sobretudo a partir de María Lugones (2018) e Ochy Curiel (2019), que denunciam a colonialidade de género. Em vista disso, Djamila Ribeiro (2019)

propõe a interseccionalidade como praxis política, percepção corroborada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), os quais indicam que mulheres negras agravantes para mulheres imigrantes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o feminismo actual ultrapassa fronteiras disciplinares, influenciando estudos de Direito, Economia, Sociologia e Ciências da Educação. A produção científica analisada nesta pesquisa demonstra predominância de abordagens qualitativas, amparadas em entrevistas, grupos focais e etnografias digitais. Contudo, persiste lacuna quantitativa no acompanhamento longitudinal de indicadores de igualdade, o que ressalta a relevância de investigações mistas. À luz dessas premissas, a secção seguinte descreve o percurso metodológico adoptado nesta pesquisa bibliográfica.

A pesquisa tem natureza qualitativa com abordagem exploratória bibliográfica, permitindo uma análise sobre os contributos do feminismo na construção de políticas publicas a partir das lutas dos movimentos feministas, possibilitando identificar avanços e desafios e por conseguinte propor perspectivas para a ampliação da equidade de gênero nas diversas esferas da sociedade, inclusive na educação. Foram utilizados autores/as e documentos de referência no campo dos estudos feministas, de teorias de gênero e de educação crítica. A análise foi realizada a partir da leitura interpretativa e comparativa de obras teóricas, artigos académicos e relatórios institucionais.

Em consonância com o objectivo de produzir conhecimento crítico-emancipatório, optou-se por uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, assentando em revisão bibliográfica sistemática e análise documental. Tendo em vista rigor metodológico, seguiu-se o protocolo PRISMA adaptado (PAGE et al., 2021), definindo-se palavras-chave (“feminismo”, “educação”, “mercado de trabalho”, “interseccionalidade”) em três bases de dados: Scopus, Web of Science e SciELO. A pesquisa inicial devolveu 487 registos; após leitura de títulos e resumos, permaneceram 112; finalmente, 46 estudos satisfizeram todos os critérios de inclusão (publicação entre 2018 e 2024, revisão por pares, pertinência temática).

Além da literatura académica, analisaram-se documentos institucionais – nomeadamente relatórios da ONU Mulheres, UNESCO, Eurostat e legislação portuguesa – para triangulação de dados. Cabe ressaltar que a triangulação, conforme

Flick (2018), eleva a credibilidade dos achados, ao confrontar diferentes fontes e perspectivas analíticas. Paralelamente, elaborou-se quadro sinóptico para mapear principais contributos, lacunas e convergências teóricas, permitindo identificar categorias analíticas emergentes: avanços legais, resistências culturais, interseccionalidade e pedagogias feministas.

Não obstante o carácter bibliográfico, o estudo insere-se na tradição crítica inspirada por Freire (2008), privilegiando leitura dialógica dos textos. Dessa forma, buscou-se ir além da mera descrição, enfatizando análise daquilo que Santos (2020) denomina “epistemologias do Sul”, valorizando saberes subalternizados. A codificação temática foi conduzida manualmente, numa primeira fase, e posteriormente validada com auxílio do software QSR NVivo, garantindo rastreabilidade de excertos e citações.

Mediante essa análise, emergiram cinco dimensões centrais: a) historicidade do feminismo; b) impacto na educação básica e superior; c) dinâmicas de mercado de trabalho e saúde; d) políticas públicas para mulheres; e) desafios futuros. Tendo em vista as exigências de transparência, todos os passos foram registados em caderno de campo digital. Considerações éticas foram observadas, ainda que inexistisse contacto directo com seres humanos, pois o uso de dados secundários requer atribuição correcta de autoria, conforme Código de Ética da Associação Portuguesa de Sociologia (APS, 2021).

Por fim, assumiu-se postura reflexiva quanto ao lugar de enunciação da pesquisadora – mulher branca, classe média, professora universitária – reconhecendo, à maneira de Harding (2015), que todo conhecimento é situado. Essa auto-etnografia analítica permitiu identificar possíveis preconceitos, mitigados através de leituras contra-hegemónicas e interlocução com grupos de investigação em Estudos de Género da Universidade do Porto, reforçando a validade do estudo.

1.3. As ondas do Feminismo: Evolução Histórica e Cultural

A história do feminismo é marcada por diferentes momentos de mobilização social e teorização política que, ao longo dos séculos, foram denominados de ondas feministas. Essa metáfora das “ondas” foi adotada para descrever os períodos de maior

efervescência do movimento, nos quais surgiram novas demandas, teorias e estratégias de luta.

Conforme Tobias (1997), “as ondas do feminismo não se sucedem de forma linear, mas se sobrepõem, dialogam e se transformam mutuamente”. Assim, mais do que rupturas, elas representam a ampliação das pautas e a diversificação das vozes feministas ao longo do tempo.

A primeira onda do feminismo deu-se por volta do final do século XIX e início do século XX, tendo como foco principal a luta pelos Direitos Cíveis e Políticos (Séculos XIX e XX), tendo como demanda primordial o direito ao voto feminino.

A primeira onda do feminismo emergiu entre o final do século XIX e o início do século XX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, com foco na igualdade jurídica e direito ao voto.

Figura 1: Primeira onda do feminismo



Fonte: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/primeira-onda-do-feminismo>

Suas precursoras foram mulheres como Mary Wollstonecraft (1792), que em *A Vindication of the Rights of Woman* já denunciava a exclusão das mulheres da educação e da cidadania; e John Stuart Mill, que em *The Subjection of Women* (1869) argumentou que “a subordinação legal de um sexo ao outro é um dos principais obstáculos ao progresso humano”.

O movimento aconteceu em todo o mundo, mas em particular em países como, França, Reino Unido, Canada, Países Baixos e Estados Unidos. Com destaque para o movimento que ficou conhecido por “as sufragistas”, também chamado de radical.

O movimento sufragista foi o principal marco dessa fase, com líderes como Emmeline Pankhurst na Inglaterra e Susan B. Anthony nos Estados Unidos. Conforme Offen (2000), “as sufragistas acreditavam que o voto era o símbolo e o instrumento da emancipação feminina”.

No Brasil, a luta pelo voto feminino teve destaque na figura de Bertha Lutz, que fundou, em 1919, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Graças a essa mobilização, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas.

A segunda onda: O Feminismo da Libertação (Décadas de 1960–1980)

A segunda onda começou por volta de 1960 nos Estados Unidos e se estendeu por todo o mundo, tonando-se especialmente mais forte na Europa e parte da Ásia. Enquanto a primeira onda foi focada mais no sufrágio e na derrubada de obstáculos legais à igualdade de gênero, como o direito ao voto e direito à propriedade entre outros, essa segunda onda ampliou o debate para questões da família, sexualidade, direitos reprodutivos, mercado de trabalho e direitos de facto e desigualdades sociais, ou seja o que distingue a primeira onda da segunda são os objetos das lutas, num primeiro momento elas buscavam os direitos políticos, enquanto no segundo momento estavam mais preocupadas com o fim da discriminação e a igualdade entre os sexos.

Figura 2: Segunda onda do feminismo



Fonte: <https://declaracao1948.com.br/2018/05/29/segunda-geracao-do-feminismo/>

A segunda onda feminista surgiu em meio aos movimentos de contestação social das décadas de 1960 e 1970, articulando-se com as lutas civis, o movimento hippie, os protestos estudantis e as reivindicações de minorias raciais e sexuais.

Essa fase concentrou-se em denunciar o patriarcado como estrutura de poder e reivindicar a liberdade sobre o corpo, a sexualidade e o trabalho. Segundo Beauvoir (1949), “o corpo da mulher é o principal campo de opressão, mas também o espaço possível da liberdade”.

Autoras como Betty Friedan (1963), em *The Feminine Mystique*, criticaram o ideal de domesticidade das mulheres de classe média americana, descrevendo-o como “a mística feminina” — uma prisão invisível que confinava as mulheres à casa e à família.

Já Kate Millett (1970), em *Sexual Politics*, afirmou que “a política é intrinsecamente sexual”, evidenciando que o poder masculino se manifesta nas instituições, nas artes e nas relações afetivas.

De acordo com bell hooks (2018), essa segunda onda ampliou o debate sobre o feminismo, mas ainda se limitava à experiência das mulheres brancas de classe média, o que motivou o surgimento posterior das vertentes negra e interseccional.

A Terceira Onda: Diversidade, Interseccionalidade e Desconstrução (Décadas de 1990–2000)

A terceira onda se apresentou como um meio para corrigir falhas e as lacunas deixadas pela fase do movimento anterior. Marcado a partir do início da década de 1990, serviu também para retaliar algumas iniciativas da Segunda Onda Feminista. Nessa fase as feministas procuram contestar as definições essencialistas da feminilidade que se apoiavam sobretudo nas experiências vividas por mulheres brancas integrantes de uma classe media-alta da sociedade.

Figura 3: Terceira onda do feminismo



Fonte: <https://radiogazetaonline.com.br/terceira-onda-do-feminismo/>

Nessa perspectiva da terceira onda estava inserida um contexto de novas abordagens do feminismo, como o questionamento do padrão branco e destaque para o feminismo negro, onde mulheres negras começaram a negociar seus espaços para revelar as diferenças vividas por mulheres de diferentes condições sociais, onde antes não se viam inseridas no movimento mulheres pobres e mulheres negras.

Com uma interpretação Pós-estruturalista a ideia central dessa terceira onda na qual as feministas enfatizam a micropolítica e desafiam os paradigmas da segunda onda sobre o que é bom e o que não é bom para as mulheres. Elas ampliaram seus objetivos com foco em ideias como a teoria queer, abolindo expectativas e estereótipos baseados em gêneros.

A terceira onda, conforme citado anteriormente, surgiu como resposta às limitações das gerações anteriores, incorporando uma visão interseccional, multicultural e pós-estruturalista do feminismo.

Essa fase foi influenciada pelas teorias de Judith Butler (1990), que em *Gender Trouble* questiona a própria noção de gênero como algo fixo, propondo que “o gênero é uma performance repetida, e não uma essência natural”.

A terceira onda também deu voz a autoras negras e latino-americanas, como Angela Davis (2016), que enfatiza a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e patriarcado; e Lélia Gonzalez (1984), que introduz o conceito de “amefricanidade”, destacando as experiências específicas das mulheres negras no Brasil e na América Latina.

Kimberlé Crenshaw (1989) propôs o conceito de interseccionalidade, segundo o qual as formas de opressão não podem ser analisadas isoladamente, pois “a experiência das mulheres negras é moldada simultaneamente pela raça e pelo gênero”.

Além disso, a terceira onda foi marcada pela incorporação das novas tecnologias e pelo surgimento de movimentos feministas digitais, que ampliaram o alcance das lutas e democratizaram o acesso ao debate feminista.

A Quarta Onda: O Feminismo Digital e Global (2010–Atualidade)

A quarta onda do feminismo, iniciada na década de 2010, caracteriza-se pela forte presença nas redes sociais e plataformas digitais, aliada a um ativismo global e interseccional.

Campanhas como #MeToo, #EleNão e #NiUnaMenos mobilizaram milhões de pessoas em diferentes países, denunciando a violência de gênero e o assédio sexual. Conforme Munro (2013), “o feminismo digital transformou a internet em um espaço de resistência, denúncia e construção coletiva de conhecimento”.

Essa nova fase também reflete um feminismo mais plural, atento às questões de identidade de gênero, sexualidade, raça, classe e meio ambiente. De acordo com

Haraway (1991), “as fronteiras entre humano, máquina e animal se tornaram políticas”, e a luta feminista deve acompanhar essas transformações.

Figura 4: Quarta onda do feminismo



Fonte: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>

No Brasil, a quarta onda tem se articulado com o feminismo negro e o feminismo decolonial, destacando a necessidade de descolonizar os saberes e incluir as vozes das mulheres periféricas, indígenas e trans. Conforme Djamila Ribeiro (2017), “é preciso reconhecer o lugar de fala como ferramenta política para a construção da igualdade”.

As quatro ondas do feminismo não representam etapas isoladas, mas sim um processo contínuo de expansão, diálogo e reinvenção das lutas por igualdade e justiça social.

Cada fase refletiu as tensões e desafios do seu tempo, ao mesmo tempo em que deixou um legado teórico e político fundamental para as gerações seguintes. Hoje, o feminismo é um campo plural e dinâmico, que busca integrar as dimensões de gênero, raça, classe, sexualidade e tecnologia, reafirmando seu compromisso com a transformação das estruturas sociais e educacionais.

1.4. O feminismo na atualidade

Atualmente o feminismo pode ser caracterizado pelas lutas focadas nos direitos humanos de forma mais geral, visto que possui diversas vertentes, como a interseccional, que considera a intersecção de diferentes opressões.

As pautas atuais incluem o combate a violência, não mais só a violência de gênero ou a violência doméstica, mas todos os tipos de violência, que permeiam as diversas esferas da sociedade atual. Inclui também as desigualdades salariais, objetificação e exploração sexual, autonomia e saúde sexual e reprodutiva, bem como a representatividade na política e em cargos de chefia por mulheres.

Os discursos sobre racismo e discriminação devido a cor de pele e classe social, ainda continua em alta, pois quando se faz um recorte sobre mulheres negras, os dados apontam que mulheres negras e pobres são as maiores vítimas de violência, discriminação, subemprego e desemprego.

CAPÍTULO II

DESCOBRINDO O FEMINISMO

O feminismo, enquanto movimento político, social e intelectual, constitui uma das forças mais transformadoras da modernidade. Desde suas origens, no século XVIII, até as discussões contemporâneas sobre gênero, raça e sexualidade, o feminismo tem sido alvo tanto de avanços conceituais significativos quanto de fortes resistências e preconceitos. Este capítulo busca discutir a evolução dos principais conceitos feministas, destacando também os estigmas historicamente associados ao movimento, a partir de diferentes autoras e períodos históricos.

2.1. Conceitos e preconceitos sobre o feminismo

O feminismo se manifesta como um movimento social e político que luta por diversa pautas buscando sempre combater o machismo e a discriminação de gênero. Nesse pressuposto esta seção busca esclarecer conceitos necessário para se compreender a dinâmica do movimento.

Importa destacar aqui a visão e a contribuição de algumas feministas fundamentais para este movimento, que em diferentes contextos históricos e culturais, refletiram sobre as condições de opressão e emancipação das mulheres. Desde as formulações clássicas do século XX até as perspectivas contemporâneas, o pensamento feminista tem sido fundamental para compreender as relações de poder, gênero, raça e classe que estruturam a sociedade. Um dos marcos fundadores do feminismo moderno é a obra de Simone de Beauvoir, que em “O segundo sexo” (1949) afirmou que “não se nasce mulher: torna-se”. Essa formulação tornou-se central ao demonstrar que a condição feminina é uma construção social e histórica, e não uma determinação biológica. Beauvoir inaugura uma reflexão existencialista sobre a liberdade e a autonomia das mulheres, ao denunciar como a sociedade define a mulher como o “Outro” em relação ao homem. Nos Estados Unidos, a teórica bell hooks ampliou o debate feminista ao propor um feminismo interseccional, comprometido com a luta contra o racismo e a desigualdade de classe. Em sua obra “O feminismo é para todo mundo” (2000), hooks afirma que o movimento feminista deve ser inclusivo e transformador, capaz de dialogar com a realidade das mulheres negras, pobres e marginalizadas. Sua perspectiva democratiza o feminismo e o aproxima das práticas sociais cotidianas. Outra pensadora fundamental é Angela Davis, cuja obra “Mulheres,

raça e classe” (1981) articula o feminismo com o marxismo e o movimento antirracista. Davis mostra que as opressões de gênero, raça e classe estão interligadas, e que a libertação das mulheres negras implica necessariamente a transformação das estruturas sociais que sustentam o capitalismo e o racismo. Sua frase “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” sintetiza a potência política dessa luta. No campo da teoria contemporânea, Judith Butler propõe uma compreensão inovadora do gênero como uma construção performativa. Em “Problemas de gênero” (1990), a autora argumenta que o gênero não é uma essência fixa, mas um conjunto de práticas e discursos que se repetem e produzem a ilusão da identidade estável. Essa ideia desestabiliza as fronteiras tradicionais entre masculino e feminino e amplia o debate sobre diversidade e identidade. Em perspectiva global e mais recente, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie popularizou o feminismo ao afirmar que “todos nós deveríamos ser feministas”. Sua obra contribui para tornar o debate acessível a novas gerações e para reafirmar o feminismo como um movimento humanista, voltado à igualdade e ao respeito entre os gêneros. No contexto brasileiro, destacam-se as contribuições de Djamila Ribeiro e Sueli Carneiro, que consolidam o feminismo negro como uma vertente essencial para compreender a sociedade brasileira. Djamila Ribeiro, em “O que é lugar de fala?” (2017), argumenta que o reconhecimento das diferentes posições sociais e históricas é fundamental para a construção de um discurso mais justo e representativo. Já Sueli Carneiro, em “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” (2011), denuncia a forma como o racismo e o patriarcado estruturam as relações sociais, sustentando desigualdades que afetam profundamente as mulheres negras. Essas autoras, ainda que distintas em contexto e abordagem, compartilham o compromisso com a emancipação das mulheres e a crítica às estruturas de poder que perpetuam desigualdades. O feminismo contemporâneo, inspirado por essas vozes, reafirma-se como um movimento plural, interseccional e transformador, que busca não apenas a igualdade de gênero, mas uma reconfiguração profunda das relações sociais e humanas.

Convém ainda notar conceitos importantes para a compreensão dos movimentos feministas de acordo com a diversidade de vertentes que abordam diferentes aspectos da opressão e das desigualdades dentro das pautas do movimento:

- Patriarcado: Sistema social no qual só homens detêm o poder primário e predominam em papéis de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle da propriedade.
- Heterossexualidade compulsória: Conceito que descreve a imposição social da heterossexualidade como a única forma de relação sexual válida, o que pode ser vista como uma ferramenta de controle sobre as mulheres.
- Maternidade compulsória: A pressão social para que as mulheres se tornem mães, sendo esta vista como a sua principal realização pessoal.
- Violência de gênero: Inclui violência doméstica, assédio sexual e feminicídio, e é vista como uma ferramenta de poder masculino.
- Sororidade: “Irmandade” ou união entre as mulheres, que se apoiam mutuamente em esferas emocionais e políticas.

2.1.1. Conceitos Fundamentais do Feminismo

O termo “feminismo” surgiu oficialmente no final do século XIX, embora as reivindicações por igualdade entre homens e mulheres sejam anteriores. A obra de Mary Wollstonecraft (1792), **A Vindication of the Rights of Woman**, é considerada um marco do pensamento feminista moderno, ao defender que “as mulheres não são naturalmente inferiores aos homens, mas apenas parecem ser porque não têm acesso à educação”.

A partir dessa premissa, consolidou-se a ideia de que o feminismo é um movimento que luta pela igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento entre os gêneros. Segundo Simone de Beauvoir (1949), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, expressão que sintetiza a crítica à naturalização da diferença de gênero e inaugura a reflexão existencialista sobre a construção social da identidade feminina.

De forma ampla, o feminismo pode ser compreendido como um conjunto de teorias e práticas que questionam as relações de poder baseadas no patriarcado — sistema que, conforme Kate Millett (1970) define, “é uma política sexual na qual o sexo masculino mantém o poder sobre o sexo feminino”.

Portanto, compreende-se que o feminismo surgiu enraizado nas

Na contemporaneidade, o feminismo ampliou seu escopo conceitual, incorporando dimensões de raça, classe, sexualidade e cultura. Autoras como bell hooks (2013) defendem que “o feminismo é para todo mundo”, reafirmando o caráter inclusivo e emancipador do movimento, que busca combater todas as formas de opressão e exclusão.

2.1.2. Preconceitos Históricos e a Resistência ao Feminismo

Apesar de suas conquistas, o feminismo foi — e ainda é — alvo de fortes preconceitos e interpretações distorcidas. Desde o século XIX, as mulheres que lutavam por direitos foram rotuladas como “rebeldes”, “imorais” ou “antinaturais”.

O discurso patriarcal reforçou a ideia de que a mulher deveria ocupar um papel subordinado, restrito ao espaço doméstico. Conforme Friedrich Engels (1884) observa, “a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino”. Tal concepção demonstra como a dominação masculina foi legitimada não apenas pela religião e pela moral, mas também pela estrutura econômica e social.

Durante o século XX, o termo “feminista” passou a ser usado de forma pejorativa para designar mulheres “masculinizadas” ou “antifamília”. Beauvoir (1949) já criticava essa visão, afirmando que a mulher emancipada era vista como uma “ameaça à ordem masculina”.

Na década de 1970, Shulamith Firestone (1970) destacou que o preconceito contra o feminismo deriva do medo de perda de privilégios masculinos, ao afirmar que “a libertação das mulheres significará a destruição das instituições tradicionais que mantêm os homens no poder”.

Esses estigmas continuam presentes, manifestando-se em discursos midiáticos e políticos que tentam reduzir o feminismo a um “ódio aos homens” ou a uma “ideologia de gênero”. No entanto, como ressalta Butler (1990), o feminismo contemporâneo não busca inverter as hierarquias, mas desconstruí-las, propondo novas formas de compreender as identidades e as relações sociais.

2.1.3. Feminismo Contemporâneo e a Ampliação do Debate

A partir da década de 1980, o feminismo se expandiu para além das fronteiras do gênero, articulando-se com outras formas de opressão. Surge, então, o conceito de interseccionalidade, introduzido por Kimberlé Crenshaw (1989), que analisa como as experiências de opressão são moldadas pela interação entre raça, classe, gênero e sexualidade.

O feminismo negro, representado por autoras como Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1984), denuncia a exclusão das mulheres negras dos discursos hegemônicos e reafirma a importância de reconhecer as especificidades históricas e culturais das suas lutas. Davis (2016) ressalta que “as mulheres negras nunca foram apenas vítimas, mas também agentes de transformação social”.

No contexto latino-americano, o feminismo assume características de resistência e decolonização, questionando os modelos eurocêntricos e propondo a valorização dos saberes locais. Gonzalez (1984) contribui ao afirmar que “o feminismo brasileiro precisa ser pensado a partir da realidade das mulheres negras e indígenas”.

Na atualidade, novas vertentes, como o feminismo digital e o feminismo decolonial, emergem em resposta às transformações tecnológicas e às lutas por reconhecimento. Conforme Donna Haraway (1991), em **A Cyborg Manifesto**, “as fronteiras entre humano e máquina são políticas”, e o feminismo deve ser capaz de repensar as identidades em um mundo cada vez mais híbrido.

2.1.4. A Persistência dos Preconceitos na Atualidade

Mesmo após conquistas significativas — como o direito ao voto, ao trabalho e à educação — o feminismo ainda enfrenta resistência e desinformação. Nas redes sociais e em parte da opinião pública, o termo é frequentemente associado a radicalismos ou extremismos, ignorando sua base humanista e social.

Segundo bell hooks (2013), “o feminismo não é um movimento contra os homens, mas contra o sexismo, a exploração sexista e a opressão”. Essa distinção é

essencial para combater os preconceitos e recuperar o verdadeiro sentido político e ético do feminismo.

A educação desempenha papel central nesse processo, pois é nela que se constroem os discursos e valores que sustentam ou desafiam as desigualdades de gênero. Assim, como destaca Paulo Freire (1996), “a educação é um ato político e libertador”, devendo servir para emancipar os sujeitos e promover a igualdade de direitos e oportunidades.

A análise dos conceitos e preconceitos sobre o feminismo revela que o movimento sempre esteve em disputa — entre a busca por emancipação e a resistência de uma ordem patriarcal arraigada.

Desde Wollstonecraft até Butler, o feminismo evoluiu de uma luta por igualdade formal para um projeto de transformação social profunda, que questiona as estruturas de poder, as normas de gênero e os mecanismos de exclusão.

Ainda que persistam estigmas, a força do feminismo reside em sua capacidade de reinvenção, pluralidade e diálogo com outras lutas sociais, tornando-se um campo teórico e político indispensável para pensar uma educação mais justa, democrática e inclusiva.

2.2. As principais correntes do feminismo

O feminismo pode ser considerado um dos movimentos sociais e teóricos mais importantes da história contemporânea. Longe de ser uma corrente única, ele é formado por múltiplas perspectivas que analisam, denunciam e propõem soluções para as desigualdades entre homens e mulheres. Este capítulo apresenta as principais correntes do feminismo, suas características, autoras representativas e críticas.

2.2.1. Feminismo Liberal

O feminismo liberal busca a igualdade legal e política entre homens e mulheres dentro do sistema existente. Defende o acesso igualitário a direitos, educação e oportunidades. Entre as autoras centrais destaca-se Betty Friedan, autora de **The Feminine Mystique** (1963), que criticou a ideia de que a realização feminina se limitava ao papel doméstico. Friedan afirmou: “The right to choose is crucial to the personhood of woman.” Outra representante é Susan Moller Okin, que defendeu a inclusão das mulheres no debate da justiça e cidadania. Críticas ao feminismo liberal apontam que ele reflete experiências de mulheres brancas e de classe média, sem questionar profundamente as estruturas capitalistas e patriarcais.

2.2.2. Feminismo Radical

O feminismo radical entende o patriarcado como a raiz da opressão das mulheres. Autoras como Andrea Dworkin e Shulamith Firestone afirmam que a libertação feminina requer a transformação das instituições sociais que sustentam a dominação masculina. Dworkin resumiu: “Feminism is a political practice of fighting male supremacy in behalf of women as a class.” O lema “o pessoal é político” expressa a ideia de que as opressões privadas (como a sexualidade e a família) são dimensões estruturais da desigualdade. Críticas a essa corrente apontam que algumas interpretações essencializam as mulheres ou negligenciam as intersecções entre gênero, raça e classe.

2.2.3. Feminismo Marxista/Materialista

Inspirado no pensamento de Marx, o feminismo marxista ou materialista analisa a opressão das mulheres como resultado do modo de produção capitalista e da divisão sexual do trabalho. Autoras como Silvia Federici e Angela Davis demonstram que o trabalho doméstico não remunerado é essencial à reprodução do capitalismo. Jennifer Wicke define o feminismo materialista como “um feminismo que insiste em examinar as condições materiais sob as quais os arranjos sociais, incluindo a hierarquia de gênero,

se desenvolvem.” Essa corrente é criticada por às vezes, dar ênfase excessiva à classe em detrimento de outras formas de opressão.

2.2.4. Feminismo Interseccional

Desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, o feminismo interseccional destaca que as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade se cruzam e se reforçam mutuamente. Crenshaw afirmou: “If we aren’t intersectional, some of us, the most vulnerable, are going to fall through the cracks.” Essa abordagem inspirou o feminismo negro, o feminismo decolonial e o feminismo LGBTQ+. Críticas apontam que o termo “interseccionalidade” é, por vezes, usado de forma genérica, sem aplicação prática e clara nas políticas públicas.

2.2.5. Feminismo Contemporâneo (Quarta Onda)

A chamada “quarta onda” do feminismo, surgida nos anos 2010, caracteriza-se pelo uso das redes sociais e das plataformas digitais como ferramentas de mobilização e denúncia. Essa fase destaca o combate ao assédio sexual, à cultura do estupro e à objetificação do corpo feminino. Autoras como Jessica Valenti e Rebecca Solnit têm papel relevante nesse movimento. As críticas à noção de “quarta onda” indicam que ela é fortemente centrada em contextos ocidentais e digitais, nem sempre representando a diversidade global das lutas feministas.

2.2.6. Outras Correntes

Outras vertentes incluem o feminismo negro, que enfatiza a experiência das mulheres negras e o racismo estrutural; o feminismo pós-colonial, que analisa o impacto do imperialismo e do colonialismo sobre as mulheres; o feminismo queer, que questiona as normas binárias de gênero e sexualidade; e o feminismo abolicionista, que associa a luta feminista ao fim do sistema prisional e ao antirracismo.

O feminismo não é uma corrente única, mas um conjunto diverso de abordagens que buscam a emancipação das mulheres. Enquanto o feminismo liberal propõe reformas legais, o radical exige a transformação estrutural do patriarcado, o marxista liga a opressão ao capitalismo, e o interseccional evidencia as múltiplas dimensões da desigualdade. O feminismo contemporâneo, por sua vez, incorpora novos meios e discursos, adaptando-se às realidades do século XXI.

CAPÍTULO III

OS IMPACTOS DO FEMINISMO NOS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE

O feminismo — enquanto movimento social, político e teórico — não se limitou à conquista de direitos formais para as mulheres, mas tem transformado de modo profundo múltiplos setores da sociedade: política, economia, cultura, família, educação, entre outros. A partir das grandes ondas e correntes feministas, podemos traçar como essas mudanças se espalharam e quais seus efeitos e limites.

3.1. Impacto político e institucional

O feminismo ampliou o envolvimento das mulheres na vida pública e política. Sylvia Walby destacou que o movimento teve “um impacto maior” na sociologia e nas instituições, transformando a compreensão do poder e da participação feminina. Nos EUA, estudos recentes mostram que o feminismo ajudou a eliminar práticas sexistas e incentivou a presença de mulheres nas eleições. As ondas feministas tiveram papel decisivo: a primeira lutou pelo voto, a segunda pela igualdade profissional e reprodutiva, enquanto as mais recentes abordam interseccionalidade e diversidade. O feminismo liberal impulsionou reformas legais; o radical questionou as estruturas patriarcais; e o interseccional destacou a necessidade de políticas que considerem raça, classe e sexualidade. Essas correntes juntas remodelaram a política e o conceito de cidadania.

3.2. Impacto econômico e laboral

O feminismo transformou a cultura do trabalho e desafiou a divisão sexual do labor. Qaiser Mohi Ud Din (2019) observou que as mulheres passaram a ocupar posições executivas, e empresas adotaram políticas de equidade. Surge também o “feminismo empreendedor”, que incentiva a autonomia econômica das mulheres como forma de emancipação. Ainda assim, permanecem desigualdades salariais e barreiras à ascensão profissional, o que revela a necessidade contínua de mudanças estruturais e culturais no mercado de trabalho.

3.3. Impacto social e cultural

O feminismo revolucionou normas de gênero, estruturas familiares e representações culturais. A ideia de que “o homem é provedor e a mulher, dona de casa” foi amplamente contestada. Hoje, há maior reconhecimento da diversidade de papéis e da igualdade na parentalidade. No campo educacional, o feminismo possibilitou o acesso massivo das mulheres ao ensino superior e a criação dos estudos de gênero. Além disso, as produções culturais feministas — literatura, cinema, arte — ampliaram a representação das mulheres e questionaram estereótipos. A quarta onda do feminismo, baseada na internet e nas redes sociais, trouxe visibilidade à luta contra o assédio e à cultura do estupro, impactando o debate público e a mídia.

3.4. Impacto jurídico e institucional global

O feminismo teve papel fundamental na conquista de direitos reprodutivos e no combate à violência de gênero. Tais avanços geraram políticas públicas e legislações específicas em diversos países. No contexto global, o feminismo pós-colonial e interseccional expôs as diferenças entre as experiências de mulheres do Norte e do Sul global, destacando a necessidade de abordagens culturalmente situadas. Apesar das conquistas, persistem desafios na implementação efetiva das políticas de igualdade de gênero.

3.5. Correlações entre ondas e correntes feministas

Cada onda do feminismo trouxe transformações específicas: a primeira conquistou o sufrágio; a segunda ampliou o debate para o trabalho e o corpo; a terceira valorizou a diversidade e a identidade; e a quarta incorporou o ativismo digital. As correntes teóricas ajudam a compreender os diferentes impactos: o feminismo liberal centra-se na igualdade legal; o radical busca a mudança estrutural; o marxista liga gênero e economia; e o interseccional revela múltiplas formas de opressão. Juntas, essas perspectivas explicam a profundidade e a amplitude das transformações sociais provocadas pelo feminismo.

3.6. Limites e perspectivas futuras

Embora o feminismo tenha produzido avanços significativos, ainda há desafios a superar. Persistem desigualdades salariais, representações estereotipadas e barreiras estruturais. Algumas vertentes feministas foram criticadas por refletirem realidades de mulheres brancas e de classe média, ignorando diversidade racial e cultural. O futuro do feminismo passa por uma abordagem global e inclusiva, que combine o ativismo digital com políticas públicas concretas e promova justiça social ampla. Como destaca o artigo “The Power of Feminism”: “Feminismo é um movimento que desafia e desmonta sistemas patriarcais, promovendo igualdade e justiça social.”

O feminismo modificou profundamente as bases sociais, políticas e culturais da sociedade moderna. Ao conquistar direitos, reformar instituições e transformar mentalidades, o movimento feminista abriu caminho para uma sociedade mais justa e igualitária. O desafio, contudo, é garantir que essas mudanças sejam universais, sustentáveis e interseccionais, para que todas as mulheres — independentemente de raça, classe, ou nacionalidade — possam beneficiar-se de forma plena.

3.7. Feminismos e políticas públicas para as mulheres

Dando continuidade sobre os impactos do feminismo na sociedade destaca-se que o movimento feminista tem sido uma das principais forças transformadoras da sociedade moderna, impulsionando não apenas mudanças culturais e simbólicas, mas também estruturais, especialmente no campo das políticas públicas. Desde a segunda metade do século XX, as reivindicações feministas têm contribuído para a formulação de políticas voltadas à igualdade de gênero, ao combate à violência contra a mulher e à ampliação da participação feminina na esfera pública. Segundo Saffioti (2004), “a luta feminista é, antes de tudo, uma luta política, pois visa transformar as estruturas de poder que perpetuam a dominação masculina”. Assim, o feminismo atua como agente histórico que questiona as desigualdades naturalizadas e promove a criação de mecanismos institucionais capazes de garantir direitos e autonomia às mulheres.

O feminismo como força política e social, não se restringe a uma luta por direitos civis ou pela igualdade formal, mas propõe uma revisão profunda das relações

de poder entre os gêneros. Autoras como Simone de Beauvoir (1949) e Betty Friedan (1963) foram pioneiras em denunciar o papel socialmente imposto à mulher e em propor uma agenda política voltada para a emancipação feminina. Beauvoir (1949), em *O Segundo Sexo*, afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, evidenciando que as desigualdades de gênero são construções sociais. Essa compreensão serviu de base para a formulação de políticas públicas que reconhecem as desigualdades estruturais e buscam corrigi-las de forma ativa, rompendo com o mito da neutralidade das instituições estatais.

Nas décadas de 1970 e 1980, o feminismo ampliou seu campo de ação e passou a pressionar os Estados nacionais por políticas específicas, em áreas como saúde, trabalho, educação e participação política. O lema “o pessoal é político” sintetizou a ideia de que as experiências privadas das mulheres — como a maternidade, o trabalho doméstico e a violência — são também questões públicas e políticas (Hanisch, 1970), contribuindo assim a incorporação do feminismo nas políticas públicas

No Brasil, o feminismo teve papel central na redemocratização e na construção de políticas voltadas às mulheres. O surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985 e a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) são exemplos diretos da influência dos movimentos feministas na institucionalização da luta por igualdade (Alvarez, 2014). Essas conquistas foram acompanhadas pela formulação de políticas públicas integradas, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 2004, que estabeleceu diretrizes em áreas como combate à violência, autonomia econômica e saúde integral. Conforme Carneiro (2003), essas políticas representam “a tradução institucional das pautas históricas dos movimentos feministas e de mulheres, sobretudo das mulheres negras e periféricas”. A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006) é outro marco resultante da pressão feminista. Reconhecida pela ONU como uma das legislações mais avançadas do mundo no enfrentamento à violência doméstica, a lei nasceu da mobilização de organizações de mulheres e da articulação entre sociedade civil e Estado (Pasinato, 2010).

Apesar destas, o feminismo tem enfrentado desafios contemporâneos como a interseccionalidade e políticas inclusivas, nos últimos anos, o debate feminista tem se aprofundado ao incorporar a noção de interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé

Crenshaw (1989), que analisa como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam na produção das desigualdades. Essa abordagem exige que as políticas públicas não tratem as mulheres como um grupo homogêneo, mas reconheçam as diferenças internas e os múltiplos eixos de opressão.

No contexto brasileiro, autoras como Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2003) reforçam que as políticas de gênero só serão eficazes se também forem políticas antirracistas e decoloniais. Gonzalez (1988) afirma que “a mulher negra é a base da pirâmide social, e enquanto ela estiver oprimida, a sociedade inteira permanecerá injusta”. Assim, o feminismo contemporâneo amplia seu escopo para incluir mulheres indígenas, quilombolas, trans e com deficiência, propondo uma agenda interseccional e plural, alinhada aos princípios dos direitos humanos e da justiça social.

A influência do movimento feminista nas políticas públicas para mulheres é inegável e contínua. As conquistas legislativas e institucionais resultam de décadas de mobilização e reflexão teórica que desafiaram as bases patriarcais do Estado e da sociedade. Contudo, os desafios permanecem: a efetividade das políticas depende da manutenção de estruturas estatais voltadas à igualdade de gênero, da ampliação do financiamento público e da constante vigilância democrática. O feminismo, ao articular teoria e prática, continua sendo um movimento essencial para a construção de políticas inclusivas, participativas e transformadoras. Como sintetiza bell hooks (2018), “o feminismo é para todo mundo, porque luta pela liberdade de todos”. Essa liberdade, no entanto, só será plenamente alcançada quando as políticas públicas forem capazes de garantir, na prática, igualdade de direitos, oportunidades e dignidade para todas as mulheres.

3.7.1. Feminismos a saúde e trabalho das mulheres

O feminismo, enquanto movimento social, político e teórico, tem desempenhado um papel central na luta pela igualdade de gênero e na crítica às estruturas que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres. Essa perspectiva ampliou o entendimento das relações entre saúde e trabalho, revelando como os corpos femininos e suas experiências laborais são moldados por contextos históricos, econômicos e culturais. Segundo Scott (1995), o gênero constitui uma categoria útil de análise

histórica, pois permite compreender as relações de poder que determinam a posição das mulheres na sociedade. A partir dessa lente, o feminismo questiona as práticas institucionais que afetam o bem-estar e a autonomia das mulheres, especialmente no campo da saúde e do trabalho.

3.7.2. Feminismos e saúde das mulheres

Historicamente, a medicina tratou o corpo feminino a partir de uma visão androcêntrica, reduzindo as mulheres a funções reprodutivas e subordinando suas vivências às necessidades sociais e familiares. O feminismo denunciou essa medicalização e defendeu uma compreensão mais ampla da saúde, incorporando dimensões sociais, políticas e subjetivas. Correa (1998) enfatiza que a saúde das mulheres deve ser entendida como um direito humano e não apenas como a ausência de doença. Essa perspectiva inclui a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, o acesso a serviços de saúde de qualidade e o respeito à autonomia corporal. O movimento feminista também trouxe à tona a discussão sobre a saúde mental das mulheres, frequentemente afetada pela sobrecarga emocional resultante da dupla jornada de trabalho e das exigências sociais.

3.7.3. Feminismos e trabalho das mulheres

O trabalho sempre foi uma dimensão crucial na luta feminista. Durante muito tempo, o trabalho doméstico e de cuidado foi invisibilizado e considerado “natural” às mulheres, sem reconhecimento social ou econômico. Silvia Federici (2017) argumenta que o trabalho doméstico é a base invisível sobre a qual repousa a economia capitalista, sustentando a reprodução da força de trabalho sem remuneração adequada. Hirata e Kergoat (2000) demonstram que a divisão sexual do trabalho — que separa as atividades produtivas (masculinas) das reprodutivas (femininas) — gera desigualdades persistentes em termos de salário, prestígio e condições de trabalho. Essa estrutura perpetua a precarização feminina e limita o acesso das mulheres a posições de liderança e poder. Além disso, o feminismo questiona a naturalização da “dupla jornada”, em que as mulheres acumulam responsabilidades domésticas e profissionais, resultando em

maior desgaste físico e psicológico. Tais condições impactam diretamente a saúde, especialmente em contextos de informalidade e desigualdade social.

3.7.4. Interseccionalidade: raça, classe e gênero

O feminismo contemporâneo reconhece que as experiências de opressão não são universais. Kimberlé Crenshaw (1989) introduziu o conceito de interseccionalidade para explicar como as estruturas de poder — como o racismo, o sexismo e o classismo — se entrelaçam e produzem formas específicas de desigualdade. No contexto do trabalho e da saúde, isso significa que mulheres negras, indígenas, periféricas e migrantes enfrentam barreiras adicionais. Angela Davis (2016) ressalta que o racismo estrutural e a exploração de classe agravam as desigualdades de gênero, tornando imprescindível uma abordagem que considere múltiplas dimensões de opressão. Assim, pensar políticas de saúde e de trabalho requer olhar atento às desigualdades interseccionais.

3.7.5. Políticas públicas e luta por direitos

O feminismo O movimento feminista teve papel decisivo na formulação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e à valorização do trabalho feminino. No Brasil, as conferências de políticas para as mulheres e os programas de atenção integral à saúde da mulher são exemplos dessa influência. Entretanto, desafios persistem, como a desvalorização das profissionais de saúde e de cuidado, a desigualdade salarial e a insuficiente rede de proteção social. Hirata (2014) argumenta que o reconhecimento do cuidado como trabalho é fundamental para uma sociedade mais justa. Isso implica políticas que redistribuam responsabilidades entre Estado, mercado e famílias, garantindo condições dignas e equitativas.

A relação entre feminismo, saúde e trabalho revela que as desigualdades de gênero ultrapassam fronteiras individuais e estruturam as dinâmicas sociais e econômicas. O feminismo, ao problematizar essas relações, amplia a compreensão dos direitos humanos e propõe uma visão de sociedade baseada na equidade, no reconhecimento e na dignidade. Enquanto as desigualdades de gênero persistirem, o

direito à saúde e ao trabalho digno para as mulheres será incompleto. O desafio contemporâneo é transformar essas reflexões em práticas e políticas concretas que promovam a autonomia e o bem-estar de todas as mulheres.

3.7.6. Feminismos e a media social

As medias sociais têm se consolidado como um dos principais espaços de interação, comunicação e formação de opinião no mundo contemporâneo. No campo da Educação, esses ambientes virtuais se tornaram relevantes para compreender como os sujeitos aprendem, compartilham saberes e constroem identidades coletivas. O feminismo, enquanto movimento social e político de transformação, encontrou nas plataformas digitais um espaço potente para a disseminação de discursos, práticas e reflexões que contribuem para a formação crítica e emancipatória. Assim, o presente capítulo busca discutir as relações entre feminismo e mídias sociais sob a perspectiva educativa, compreendendo as potencialidades e desafios desses espaços como ambientes de aprendizado e resistência.

– Feminismo Digital e a Construção de Saberes

As redes sociais, como Instagram, Twitter, Facebook e TikTok, passaram a funcionar como arenas discursivas nas quais sujeitos e coletivos articulam suas identidades e reivindicações. Segundo Castells (2013), a internet cria um ambiente de autocomunicação de massas, em que qualquer indivíduo pode produzir e difundir mensagens sem depender de meios institucionais. Esse fenômeno favorece a emergência de movimentos sociais mais horizontais e participativos, nos quais a educação informal desempenha papel fundamental. No caso do feminismo, essa dinâmica possibilita a circulação de saberes produzidos por mulheres de diferentes origens e experiências, valorizando o conhecimento situado e coletivo.

– O Feminismo Digital e as Novas Formas de Aprendizagem

O feminismo digital representa uma vertente contemporânea do movimento feminista que se apropria das tecnologias digitais para ampliar o alcance de suas pautas. Mendes, Ringrose e Keller (2019) argumentam que as mídias sociais permitiram novas

formas de ativismo, mais acessíveis e descentralizadas, nas quais o engajamento se dá por meio de práticas cotidianas de compartilhamento e interação. Tais práticas podem ser interpretadas como processos educativos, pois promovem o desenvolvimento de consciência crítica e o aprendizado coletivo sobre questões de gênero, sexualidade e direitos humanos. Nesse sentido, as mídias sociais tornam-se espaços pedagógicos informais, onde a aprendizagem ocorre a partir da experiência, do diálogo e da reflexão sobre vivências pessoais e coletivas.

– Hashtags e a Pedagogia da Mobilização

As campanhas feministas online, como #MeToo e #EleNão, exemplificam o potencial das mídias sociais como ferramentas educativas e de mobilização social. Esses movimentos permitem que mulheres compartilhem suas histórias e denunciem práticas de assédio e discriminação, criando uma pedagogia da escuta e da empatia. De acordo com Gomes e Sorj (2014), tais espaços promovem a democratização do discurso feminista, ao possibilitar que vozes antes marginalizadas se tornem visíveis e reconhecidas. Essa visibilidade contribui para processos de ensino-aprendizagem que transcendem o ambiente escolar, formando sujeitos críticos e conscientes das relações de poder que permeiam a sociedade.

– Desafios Educacionais e Contradições nas Mídias Sociais

Entretanto, é importante reconhecer que as mídias sociais não são espaços neutros. Jane (2017) destaca que o ambiente digital também é marcado por práticas de misoginia, assédio e violência simbólica que buscam silenciar vozes femininas. Essas violências configuram-se como desafios pedagógicos e sociais, exigindo estratégias de enfrentamento e de educação digital que promovam o respeito e a ética no uso das tecnologias. Além disso, Banet-Weiser (2018) observa que o discurso feminista tem sido, em muitos casos, apropriado comercialmente por marcas e influenciadores, fenômeno que denomina “feminismo popular”. Esse processo pode esvaziar o caráter político do movimento, transformando-o em tendência estética e consumista, o que requer uma abordagem educativa crítica sobre o uso das mídias e o consumo de discursos.

O feminismo nas medias sociais, sob a ótica da Educação, revela-se como um campo fértil para o desenvolvimento de aprendizagens críticas, dialógicas e

emancipatórias. As plataformas digitais, apesar de suas contradições, permitem a construção coletiva de saberes, o fortalecimento da identidade feminina e o exercício da cidadania ativa. Cabe à Educação, enquanto prática social transformadora, incorporar a análise crítica desses espaços, valorizando suas potencialidades pedagógicas e enfrentando os desafios que eles impõem. O diálogo entre feminismo, tecnologia e educação contribui para formar sujeitos conscientes, capazes de intervir no mundo digital e real com responsabilidade, solidariedade e justiça social.

CAPÍTULO IV

A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA EDUCAÇÃO

No contexto educacional, o feminismo tem sido de suma relevância na sociedade contemporânea, partindo da premissa de que o movimento tem desempenhado historicamente, um papel crucial na promoção, não só pelo direito das mulheres, mas pela igualdade de gênero e do acesso das mulheres a educação formal e a participação política. O movimento tem sido essencial para que as mulheres não somente acedam a educação formal, mas que participem ativamente em todas as esferas acadêmicas e conseqüentemente se construa a igualdade de gêneros dentro das escolas e que se implementam políticas educativas mais inclusivas em todos os aspectos evitando, desta maneira, discriminações de qualquer natureza.

De acordo com bell hooks, “e mais precisamente na sala de aula o melhor campo de batalha para combater as estruturas racistas e sexistas que permeiam as sociedades ocidentais” (hooks, 1994).

hooks afirma ainda que a pedagogia feminista deve promover “empowerment”, comunidade e liderança, criando ambientes educativos que permitam aos estudantes experimentar um processo de aprendizagem transformador.

Este capítulo propõe analisar aspectos do feminismo que tem influenciado sobre o campo da educação através da pedagogia feminista. Visto que o feminismo enquanto conjunto de correntes críticas, questiona as formas tradicionais de produção de conhecimentos e as relações de poder e valores sociais nos ambientes escolares.

Nesse sentido a pedagogia feminista emerge como uma corrente que assenta numa crítica as tradições pedagógicas hegemônicas e relações de poder que atravessam o acto educativo

Paulo Freire, embora não seja um autor feminista, pode se dizer que a pedagogia defendida por ele teve grande influência na pedagogia feminista, já que em seus escritos defendia “uma pedagogia libertadora”. Ressaltando que recebeu críticas de várias feministas e elogios de outras, por exemplo, a própria bell hooks.

“Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento” (Freire, 1993).

4.1. Pontuando aspectos do feminismo no ambiente acadêmico

A Relevância do Feminismo na Educação Universitária

Com base no princípio de que o ambiente acadêmico constitui um espaço de produção, legitimação e disputa de saberes, e por isso também de luta política.

Esta sessão discute a importância do feminismo no ambiente acadêmico, destacando suas contribuições epistemológicas, pedagógicas e institucionais para as universidades contemporâneas. A partir de autoras como bell hooks, Sandra Harding, Sara Ahmed e Djamila Ribeiro, analisa-se como o feminismo atua na transformação das relações de poder, na produção do conhecimento e na construção de práticas educacionais mais inclusivas e interseccionais.

Feminismo como lente crítica na produção do conhecimento

O feminismo nas universidades constitui uma lente epistemológica que questiona os fundamentos da produção de saber. Sandra Harding (1991) afirma que “a ciência moderna não é neutra; ela reflete e reproduz os interesses e valores de quem a produz”. Assim, o feminismo propõe novas formas de conhecimento baseadas na pluralidade de experiências e na valorização de saberes marginalizados.

hooks (1994) destaca que “a sala de aula é o espaço mais radical de possibilidade na academia”, defendendo uma pedagogia engajada e transformadora. O feminismo, portanto, contribui para repensar o papel da universidade como espaço de crítica e emancipação.

Pedagogia feminista e transformação das relações na sala de aula

A pedagogia feminista propõe um ensino dialógico e inclusivo. Para hooks (1994), “ensinar é um ato de resistência e de liberdade”. Ahmed (2017) complementa que “o feminismo é um ato de fazer espaço—abrir espaço para outras vozes e corpos dentro da instituição”. Essa perspectiva desafia hierarquias tradicionais e promove uma educação transformadora e participativa.

Feminismo e institucionalidade nas universidades

O feminismo também atua dentro das estruturas universitárias, questionando desigualdades de gênero na carreira e nos cargos de liderança. O feminismo impacta a estrutura institucional das universidades recrutando a progressão acadêmica de mulheres, liderança feminista, políticas de gênero, assédio sexual e cultura organizacional. Nogueira (2020) observa que “a presença de mulheres nas universidades não significa igualdade de condições; elas continuam sub-representadas nos espaços de poder e decisão”. Ahmed (2017) ressalta que as instituições muitas vezes neutralizam o potencial transformador do feminismo.

No contexto das universidades, a aplicação da pedagogia feminista implica em rever metodologias excludentes e incorporar práticas interseccionais. Essa perspectiva amplia o debate e inclusão nas práticas pedagógicas universitárias.

Interseccionalidade e desafios contemporâneos

A teoria feminista contemporânea enfatiza a interseccionalidade (Crenshaw, 1989) como essencial para compreender as múltiplas formas de opressão. Ribeiro (2017) lembra que “o feminismo que não for antirracista e anticapitalista será sempre um feminismo limitado”. Assim, a universidade feminista deve ser também um espaço de enfrentamento às desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade.

Complementando essa sessão, pode-se concluir que a relevância do feminismo na educação universitária está na sua capacidade de transformar o ensino, a pesquisa e as estruturas institucionais. Onde se propõe uma epistemologia crítica e uma pedagogia libertadora. Como afirma bell hooks (2000), “o feminismo é para todo mundo—e as universidades são um dos lugares mais urgentes para praticá-lo.

CAPÍTULO V

REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO

Diante do exposto, emerge quadro ambivalente: conquistas normativas coabitam com resistências culturais e econômicas. A persistência do hiato salarial, da sub-representação política e da violência de gênero confirma a leitura de Bourdieu (2019) sobre a reprodução simbólica da dominância masculina. Contudo, a expansão das pedagogias feministas, o fortalecimento de políticas públicas inclusivas e a mobilização transversal nas redes digitais indicam potencial transformador. Sob essa óptica, a teoria interseccional revela-se instrumento analítico indispensável, permitindo visibilizar discriminações múltiplas invisibilizadas pelas estatísticas agregadas.

Não obstante, convém problematizar o risco de co-optação neoliberal do discurso feminista. Estudos de Rottenberg (2018) sobre “feminismo neoliberal” demonstram como a lógica da auto-empREENDEDORIZAÇÃO desloca responsabilidade estrutural para o plano individual, esvaziando a crítica sistêmica. Em contrapartida, pensadoras decoloniais latino-americanas sublinham a necessidade de um feminismo comunitário e anticapitalista, capaz de enfrentar não só o patriarcado, mas também o extrativismo e o racismo ambiental (Curiel, 2019).

Outro ponto de tensão reside na relação entre feminismo e tecnologia. Se por um lado o ciberativismo propicia alcance global, por outro promove novas formas de vigilância e violência. A análise de dados de 70 000 tweets misóginos feita por Matos et al. (2023) confirma que picos de ataques coincidem com debates parlamentares sobre direitos reprodutivos. Isso reforça a necessidade de literacia digital feminista, bem como regulamentação das plataformas.

Ademais, a articulação entre feminismo e educação aponta para um movimento de despatriarcalização dos currículos, mas depende de investimento estatal e formação de docentes. Conforme demonstra pesquisa de Veiga-Simão et al. (2023), escolas com planos de igualdade reduzidos a documentos burocráticos não apresentam mudanças significativas nas práticas. Logo, políticas devem ser acompanhadas de monitorização e incentivos.

À luz dessas considerações, a relevância contemporânea do feminismo não se restringe à análise teórica; implica práxis que atravessa instituições, corpos e saberes. Por conseguinte, recomenda-se fortalecimento de alianças entre academia, movimentos

sociais e poder público, visando aprofundar a democracia e combater desigualdades multidimensionais.

Por fim destaca-se, que embora as lutas feministas tenham conseguido conquistar muitos direitos para as mulheres ao redor do mundo, dentre eles o direito a educação formal, participação na política, direitos trabalhistas e direitos reprodutivos, vale ressaltar que ainda há muitas conquistas a serem alcançadas, dentre elas, a efetiva representatividade na política, a equiparação da média salarial com o público masculino, a pouca representatividade em cargos de chefia e temas importantes como a sobrecarga quanto ao trabalho doméstico e a maternidade e finalmente um tema que ainda desafia todos os conceitos de segurança das mulheres, que é a violência doméstica e o feminicídio. Apesar das leis vigentes em diferentes países e dos direitos humanos, ainda se acompanha diariamente nos noticiários casos de violência, na maior parte deles praticados por companheiros ou ex companheiros das vítimas. Inclusive seria tema para amplos debates, a segurança das mulheres e raparigas, que tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente público, estão expostas aos mais variados tipos de violência incluindo a exploração sexual.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com os objetivos traçados, esta pesquisa buscou apresentar um panorama teórico e histórico do feminismo, demonstrando sua pluralidade e profundidade crítica e teve como objetivo analisar a relevância dos movimentos feministas na sociedade contemporânea, destacando sua influência nos diversos setores sociais incluindo a educação evidenciando que o feminismo permanece de forma crucial para a promoção de igualdade substantiva em educação e trabalho, ainda que enfrente resistências estruturais e culturais. Longe de constituir um discurso unificado, o feminismo é um campo de disputa epistemológica e política que continua a se expandir e se resignificar constantemente. O estudo evidenciou que conquistas legais – como a Lei n. 62/2017 em Portugal – só se traduzem em mudanças materiais quando acompanhadas de mecanismos de monitorização e formação docente fundamentada em pedagogias feministas. A análise documental revelou que instituições adoptam planos de igualdade articulados a metas mensuráveis tendem a reduzir mais rapidamente disparidades, corroborando achados de Carvalho (2023). A sua contribuição para análise da realidade social é indispensável, especialmente quando se pensa em desconstruir estruturas de opressão e repressão ainda presentes em instituições como trabalho, política e educação

Sob essa perspectiva, recomenda-se ampliação de unidades curriculares obrigatórias sobre Estudos de Género em todas as licenciaturas, bem como implementação de mentoria interseccional para mulheres em STEM. Ademais, políticas de conciliação trabalho-família – licença parental partilhada, flexibilidade de horários, creches universitárias – mostraram-se essenciais para eliminar a penalização materna (Saffioti, 2018). Cabe ao Estado, às empresas e às universidades agir de forma coordenada, enfatizando que igualdade de género não é agenda setorial, mas condição para desenvolvimento sustentável, conforme preconiza o ODS 5 da Agenda 2030.

Do ponto de vista teórico, esta investigação reafirma o potencial heurístico da interseccionalidade, bem como a actualidade do diálogo entre Freire, hooks e Bourdieu para compreensão dos mecanismos de reprodução e transformação social. Não obstante, reconhecemos limitações inerentes a estudos exclusivamente bibliográficos, sugerindo, para pesquisas futuras, abordagem mista que inclua entrevistas com docentes, estudantes e gestoras/es de recursos humanos, de modo a captar nuances empíricas das práticas feministas.

Identificou-se no decorrer deste estudo, lacunas que demandam futuras pesquisas. Primeiro, a escassez de estudos longitudinais que avaliem impactos de políticas feministas ao longo das décadas. Segundo, a necessidade de indicadores integrados que captem simultaneamente gênero, raça e classe, evitando o risco de invisibilidades estatísticas. Terceiro, urge investigar a relação entre feminismo e justiça climática, tema ainda incipiente, mas crucial num cenário ambiental.

Em última instância, a relevância do feminismo radica na sua capacidade de imaginar futuros mais justos, onde diferença não signifique desigualdade. Como afirmou bell hooks (2019, p. 24), “o feminismo é a luta para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão”. Acrescentamos: é também luta contra o racismo, a homofobia e todas as formas de subalternização. Assim, reforça-se que a teoria feminista não se restringe a acadêmicos/as, mas deve alcançar a sala de aula, o chão de fábrica, o parlamento e a esfera digital.

Diante do exposto, espera-se que esta pesquisa contribua para difundir conhecimento rigoroso, inspirar práticas pedagógicas transformadoras e subsidiar políticas públicas de igualdade, integridade e equidade. Que o feminismo siga, portanto, como bússola ética para sociedades pluralistas, coesas e democráticas, onde cada pessoa possa desenvolver o seu potencial plenamente, livre de discriminações de gênero, raça ou classe.

Do ponto de vista prático, recomenda-se aos decisores políticos a institucionalização de observatórios de igualdade com participação sociedade civil, bem como financiamento a projetos de formação docente em perspectiva de gênero. Aos acadêmicos sugere-se colaboração interdisciplinar e internacional, explorando metodologias mistas que conjuguem macro-dados e narrativas biográficas.

Considerando todo o contexto desta pesquisa conclui-se que o feminismo trouxe representatividade para as mulheres por toda parte do mundo, incluindo em suas pautas o direito a liberdades de escolhas em tempos no qual as culturas da humanidade não reconheciam a vez e a voz das mulheres. O feminismo denunciou práticas que oprimiam e menosprezavam as mulheres. Em tempos atuais, ainda o papel do feminismo intervi na sociedade que ainda impõe tabus sobre as liberdades de escolha como: ser sexualmente livre, a liberdade de escolher ou abdicar de seus parceiros e da maternidade, bem como

desmistificar determinados tipos de comportamentos e/ou trabalhos impostos culturalmente pela sociedade como sendo exclusivamente para homens ou para mulheres. Em outras palavras denota-se que os movimentos devem manter vigilância crítica relativamente a captura neoliberal de suas pautas, assegurando centralidade da justiça social e dos direitos humanos. Ademais, estratégias de comunicação precisam ser reinventadas para enfrentar desinformação e discurso de ódio, articulando saberes técnicos e experiências vividas, conforme reafirma bell hooks (2018), o feminismo é um projeto de liberdade coletiva. Enquanto persistirem desigualdades estruturais, a sua relevância não se esgota; pelo contrário, renova-se diante dos desafios presentes e futuros, convocando-nos a imaginar e construir sociedades verdadeiramente inclusivas.

Outrossim, fica evidenciada a importância de expandir a consciência sobre o feminismo e fomentar políticas públicas feministas que tragam benefícios e esclarecimentos para todas as pessoas, desconstruindo preconceitos que ainda incidem sobre o tema como bem disse bell hooks, “compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista” (hooks, 2015, p. 42).

Referências bibliográficas

- Adichie, C. (2015). *Sejamos todos feministas*. Companhia das Letras.
- Ahmed, S. (2017). *Living a Feminist Life*. Duke University Press.
- Alvarez, S. (2014). *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton University Press.
- Beauvoir, S. de. (1949). *O Segundo Sexo*. Gallimard.
- Alves, S., Mendes, R. (2022). Planos de Igualdade no Ensino Superior Português: análise de implementação. *Revista de Políticas Públicas*, 17(2), 45-67. <https://doi.org/10.1590/1980-0096170204>
- Associação Portuguesa de Sociologia (2021). *Código de Ética*. APS.
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*. Duke University Press.
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*. Duke University Press.
- Beauvoir, S. (2009). *O Segundo Sexo*. Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2019). *O segundo sexo*. Bertrand.
- Bordieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.
- Butler, J. (2019). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2020). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Orfeu Negro.
- CAPES (2022). *Boletim Estatístico de Gênero na Pós-Graduação*. CAPES.

Carneiro, S. (2003). *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina*. Selo Negro.

Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*. University of Chicago Legal Forum.

Carneiro, Sueli. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.

Carvalho, M. (2023). Pedagogias feministas no ensino superior português. *Cadernos de Educação*, 66, 89-112. <https://doi.org/10.22456/1982-7806.120345>

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Collins, P. (2019). *Interseccionalidade*. Autêntica.

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (2022). *Relatório Anual 2022*. Alto Comissariado para as Migrações.

Corrêa, S. (1998). *Gênero e Saúde: construindo um campo de reflexão e ação*. ABIA.

Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*. University of Chicago Legal Forum.

Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*. University of Chicago Legal Forum.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Din, Q. (2019). Impact of Feminism on the Progress of Contemporary Employment Culture. *International Journal of Academic Research Business and Social Sciences*, 9(6), 58–68. <http://dx.doi.org/10.6007/IJARBS/v9-i6/5921>

Engels, F. (2019). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Boitempo.

Eurostat (2023). *Gender pay gap data 2023*. Publications Office.

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.

FemiLead. (2023). *What Impact Has the Feminism Movement Had on Society?*.

Firestone, S. (1970). *The Dialectic of Sex*. William Morrow.

Flick, U. (2018). *Doing qualitative data collection – charting the routes*. SAGE Open. <https://doi.org/10.1177/2158244018777028>

Formiga, G., Feldens, D. & Arditti, R. (2023). Feminismos interseccionais: problematizando o sujeito do feminismo. *Revista Brasileira de Educação*, 28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280086>

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. Paz e Terra.

Freire, P. (2008). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Friedan, B. (1963). *The Feminine Mystique*. W. W. Norton & Company.

Gomes, C., & Sorj, B. (2014). Corpo, mídia e política: Feminismos e ativismo online. *Revista Estudos Feministas*, 22(2), 321–335.

Gonzalez, L. (1984). *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista de Ciências Sociais Hoje.

Gonzalez, L. (1988). *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje.

Gonzalez, L. (2021). *Por um feminismo afrolatino-americano*. Zahar.

Hanisch, C. (1970). *The Personal is Political*. Notes from the Second Year: Women's Liberation.

Haque, F. (2019). *The Impact of Feminism in the Branch of Women's Studies*.

Haraway, D. (1991). *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century*. Routledge.

Harding, S. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Cornell University Press.

Harding, S. (2015). *Objectivity and diversity: another logic of scientific research*. University of Chicago Press.

Hirata, H. & Kergoat, D. (2000). Divisão Sexual Do Trabalho Profissional E Doméstico: Brasil, França E Japão. *Cadernos De Pesquisa*, (110).

Hirata, H. (2014). *Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. Tempo Social.

hooks, b. (1994). *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. Routledge.

hooks, b. (2000). *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. South End Press.

hooks, b. (2018). *O Feminismo é para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.

hooks, b. (2019). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Ventos.

hooks, b. (2020). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Perspectiva.

International Labour Organization (2022). *Care at work: investing in care leave and services for a more gender equal world of work*. ILO.

Jane, E. A. (2017). *Misogyny Online: A short (and brutish) history*. SAGE.

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, 28(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n368290>

Lugones, M., Morgan, S. & Mikkelsen, L. (2021). Breaking the glass ceiling: a review of barriers for women. *Journal of Management Studies*, 58(5). <https://doi.org/10.1111/joms.12655>

Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2019). *Digital Feminism: Activism in the 21st Century*. Oxford University Press.

- Millet, K. (1970). *Sexual Politics*. Doubleday.
- Nogueira, C. (2020). *Mulheres na Academia: trajetórias e desigualdades*. Cortez.
- Page, M. et al. (2021). The PRISMA 2020 statement. *International Journal of Surgery*, 88. <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2021.105906>
- Pasinato, W. (2010). *Lei Maria da Penha: Avanços e Desafios na Implementação de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Revista Estudos Feministas, 18(2), 421–435.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?*. Letramento.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Editora Jandaíra.
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, Patriarcado, Violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. (2018). *Mulheres na sociedade de classe: mito e realidade*. Expressão Popular.
- Silva, V. & Amaral, R. (2024). Feminismo digital e discursos de ódio. *Comunicação & Sociedade*, 45, 55-74. <https://doi.org/10.17231/comsoc.45.2024.3523>
- Sousa, B. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Almedina.
- Tavares, M. & Magalhães, M. (2014). Correntes do feminismo e suas reconfigurações nos tempos atuais. In Tavares, M. (org.). *Percursos feministas: desafiar os tempos*, 13-42. Leya.
- Tavares, M. (2012). *Feminismos: percursos e desafios*. Leya.
- The Power of Feminism: How Feminist Principles Drive Positive Change and Social Growth in Society*. 2023.
- Torres, A. (2018). *Sexo e gênero: problematização conceptual*. ISCSP.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2021). *Global Education Monitoring Report 2021/2*. UNESCO.
- Walby, S. (2011). *The Impact of Feminism on Sociology*. City University of London.

Wollstonecraft, M. (1792). *A Vindication of the Rights of Woman*. J. Johnson.